



ANÁLISE DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE SOB A LUZ DA INTEGRALIDADE

Aline Luvison - Univali

aline.l@hotmail.com

Marcos Aurélio Maeyama - Univali

RESUMO: As Práticas Integrativas e Complementares (PICs) em Saúde foram institucionalizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) por intermédio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), aprovada por meio de Portaria GM/MS n. 971, de 3 de maio de 2006. Em 2018, a Portaria n. 702 de 21 de março, incluiu novas modalidades, totalizando atualmente, 29 possibilidades regulamentadas de PICs. Segundo o Ministério da Saúde, as PICs representam uma das estratégias para garantia da integralidade da atenção, cuja implementação envolve justificativas de natureza política, técnica, econômica, social e cultural. O objetivo deste trabalho foi analisar as práticas integrativas e complementares regulamentadas pela PNPIC sob a ótica da integralidade, no sentido da contribuição para superação do modelo biomédico. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e exploratória, do tipo documental, no qual foram analisados os documentos oficiais que caracterizam as PICs regulamentadas, sob a ótica da integralidade. Para análise de dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo temático, e os resultados foram classificados em categorias temáticas. A partir da análise dos documentos, foram identificadas quatro grandes categorias temáticas de contribuição das PICs para a integralidade da atenção: como terapêutica alternativa e/ou complementar para prevenção e cura de doenças (homeopatia, osteopatia, plantas medicinais e fitoterapia, quiropraxia, reflexoterapia, shantala, termalismo/crenoterapia, apiterapia, cromoterapia, geoterapia, ozonioterapia, e terapia de florais); como terapêutica complementar de equilíbrio do binômio corpo/mente (arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, medicina tradicional chinesa, naturoterapia, reiki, yoga, aromaterapia, bioenergética, constelação familiar, hipnoterapia, imposição de mãos); como terapêutica alternativa e complementar para prevenção e cura de doenças, aliada à recursos de empoderamento sobre os modos de andar a vida (antroposofia); como promotora de transformação social (terapia comunitária integrativa). A análise das PICs demonstrou que suas diversas modalidades se expressam como alternativas ou complementos à medicina tradicional, com predominância das práticas que trabalham com o equilíbrio entre corpo e mente e das práticas que visam a prevenção e cura de doenças. De forma menos expressiva, aparecem práticas que visam o empoderamento individual e coletivo no enfrentamento dos problemas de saúde. A introdução das PICs no SUS, sem dúvida alguma traz contribuições significativas para a superação do modelo hegemônico vigente, que ainda persiste com características muito marcantes da lógica biomédica. Ainda que se reconheça a importância das PICs, por um lado é fundamental o entendimento de que estas devem ser utilizadas integradas ao conhecimento e prática da medicina tradicional, sendo assim, complementares ao processo de cuidado. Por outro lado, é necessária a compreensão de que somente as PICs incorporadas ao modelo vigente, também não serão suficientes para consolidação da integralidade, uma vez que o sentido mais importante para mudança do modelo de atenção à saúde é a incorporação da determinação social na organização do processo de trabalho, lógica pouco presente no desenvolvimento das PICs.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Integrativas e Complementares; Integralidade em Saúde; Sistema Único de Saúde.